



No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)

Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013. 352 p.

Mariana Joffily

Murilo Leal Pereira Neto¹

Com sua tese de doutorado, *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*, Mariana Joffily produziu um trabalho esclarecedor e inquietante. Apresentando a dureza analítica dos grandes cientistas, a historiadora vai abrindo, nos quatro capítulos do livro, à classificação, análise e crítica, as engrenagens, os métodos, discursos e valores que orientaram o funcionamento da Oban e do DOI-Codi de São Paulo, elucidando muito sobre a repressão política nos “anos de chumbo”. A inquietude vem pelo que Mariana revela ou apenas sugere sobre a natureza do projeto de “modernização conservadora”, implementado a partir de 1964, e sobre a longa duração associada à surpreendente renovação do “autoritarismo republicano brasileiro”.

A tese, orientada pela professora Maria Aparecida de Aquino, conquistou o Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas em sua primeira edição, de 2010, concorrendo com 23 trabalhos. Trata-se de iniciativa do Arquivo Nacional, com periodicidade bienal, para incentivar a divulgação de estudos baseados em documentos referentes ao regime civil-militar, contando com apoio do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, instituído pela Casa Civil da presidência da República em 2009.

A Operação Bandeirante (Oban), fundada em julho de 1969, e seu sucessor, o DOI-Codi, organizado em 1970, vão se apresentando como verdadeiras

invenções parainstitucionais, prontas a atuar em diversas frentes, a solucionar impasses políticos do processo de “modernização conservadora” e a apresentar um rendimento duradouro nos efeitos sociais e políticos de suas ações.

Até 1969, a repressão política coube às secretarias de segurança pública e aos Dops (Departamento de Ordem Política e Social) de cada estado. Faltava-lhes inteligência, poder e preparo para exercer as funções requisitadas pelo novo regime. Por outro lado, a sobrevivência de estruturas jurídicas e políticas tradicionais limitava o alcance e a profundidade da repressão contra os dissidentes. Os Inquéritos Policiais Militares eram frequentemente revogados pelo Judiciário; *habeas corpus* eram obtidos por advogados de presos políticos na Justiça. Na onda de protestos de 1968, despontaram três frentes de contestação ao regime: o movimento estudantil, de intelectuais e artistas, com manifestações de rua; os sindicatos, com as greves de Osasco, Contagem e a manifestação de Primeiro de Maio na Praça da Sé; e a articulação da Frente Ampla, com a aproximação das principais lideranças civis do período “pré-64”: João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. O ano de 1968 enterrou as possibilidades de a ditadura conquistar, de parte de camadas relativamente amplas da população, consentimento para governar, restando a força como recurso principal do exercício do poder. O instrumento “político-jurídico” da força foi o AI-5, “porta de entrada jurídica para a viabilização de uma nova estrutura repressiva”, como lembra Joffily (p. 27). A criação da Oban e do DOI-Codi, portanto, teve como condição prévia uma mudança de monta no ambiente político – as forças predominantes no regime desistiam de dirigir, concentrando-se no objetivo de dominar. A “linha dura” passava de “grupo de pressão” a articuladora de um “sistema de segurança”.

A novidade da estrutura repressiva reformada se manifesta em três características: 1. a articulação com o empresariado; 2. a reunião de todas as forças repressivas; 3. a peculiar combinação de ilegalidade e legalidade. Vejamos. Como relata Joffily, o ato de fundação da Oban, em 1º de julho de 1969, foi “prestigiado por diversas autoridades civis e militares do estado de São Paulo, assim como personalidades do mundo dos negócios” (p. 42). Coube ao ministro da Fazenda Delfim Netto e ao dono do Banco Mercantil de São Paulo, Gastão Vidigal, arrecadar fundos de banqueiros e industriais. Empresas como Ultragás, Supergel, Ford, Volkswagen, General Motors e Folha da Manhã são lembradas por seu engajamento no projeto, que também contou com a colaboração do prefeito Paulo Maluf e do governador Abreu Sodré. Alguns entravam com recursos financeiros, outros forneciam refeições; outros, ainda, colaboravam com veículos. As autoridades cederam espaço na 36ª DP e providenciaram asfaltamento e rede elétrica. O empresariado moderno do estado mais avançado entrava como artífice, financiador e fiador de uma invenção repressiva que importava modelo de ponta da repressão política no mundo –

do RAP (Reinseignement Action Protection) francês, atuante contra a Revolução Argelina – para a conservação das relações sociais mais arcaicas. Os recursos, o consentimento e o medo desta reduzida e poderosa parcela da sociedade foi decisivo para levantar e dar vida ao sistema Oban/DOI-Codi.

Quanto ao segundo aspecto, cabe lembrar que, surpreendida pelas manifestações do ano de 1968 e pelas ações de guerrilha urbana de 1969, a ditadura reagiu coordenando e concentrando, sob a direção do exército, todos os órgãos de repressão política disponíveis. A Oban reunia elementos provenientes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, do Dops, do SNI, da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública e da Guarda Civil. Além do proveito em termos logísticos, a repressão política adquiriu outra qualidade, resultado da aproximação entre a disciplina militar e a experiência da Polícia Civil. Como assinala Joffily: “A experiência investigativa da polícia comum, que contava com um variado rol de técnicas de tortura, foi absorvida pelo órgão e incorporada à lógica militar de repressão interna” (p. 18). Limites tradicionais, estabelecidos, por um lado, à atuação do exército na repressão política a civis e, por outro, ao poder repressivo da polícia, foram definitivamente violados.

Por fim, o terceiro traço distintivo dos novos órgãos de repressão foi sua colocação extralegal, paralela às estruturas existentes. A Oban não se institucionalizou formal e juridicamente: “O funcionamento da Operação Bandeirante repousou permanentemente nessa dicotomia legalidade/ilegalidade, o que lhe conferia dinamismo e flexibilidade em suas atividades repressivas”, conforme assinala a autora (p. 45). Por sua vez, o DOI-Codi manteve prerrogativa de “realizar as tarefas clandestinas e concretas de combate às organizações de esquerda” (p. 100), pois suas investigações, prisões e obtenção de depoimentos sob tortura, embora constituíssem o “primeiro elo de uma cadeia repressiva”, não tinham qualquer valor legal. A fase legal se iniciava posteriormente, quando os presos políticos eram encaminhados ao Dops e se realizava outro depoimento – frequentemente transcrição do já feito no DOI-Codi –, e então o delegado instaurava o inquérito, depois remetido ao procurador do Ministério Público Militar.

O financiamento e apoio político empresarial, a fusão entre autoridade e força militar e métodos e estratagemas de atuação da Polícia Civil, articulados em um órgão semiclandestino, outorgaram grande dinamismo e flexibilidade às atividades do novo sistema repressivo. Tratou-se de um “marco na repressão política”, uma “inovação do ponto de vista da ação repressiva”, a serviço, porém, de objetivos ideológicos nada modernos: a eliminação dos conflitos, a disciplina da sociedade, a manutenção do poder político em um vértice restrito de atores, o bloqueio à mudança social.

A marca mais profunda inscrita pela Oban/DOI-Codi na sociedade brasileira foi a institucionalização da violência e da tortura como componen-

tes de governabilidade política, como assinala a autora. A articulação entre liberalismo e escravidão, assegurando o pacto que deu origem à nação, estabeleceu um *éthos* que se prolongou e renovou com o tempo. À falta de potência para produzir hegemonia, as classes dominantes foram capazes de recorrer a aparências democráticas para esconder a brutal realidade da violência política e social. O delegado Fleury e o Esquadrão da Morte e o alto-comando das Forças Armadas, associados em um mesmo sistema, constituem a novidade engendrada pela ditadura de 1964. O fato de serem todos protegidos pela Lei da Anistia, verdadeira “cláusula pétrea” da governabilidade até hoje, é um sintoma de quão profundamente penetrou na consciência social a aceitação deste modo de ser de nossas classes dominantes.

Em sua minuciosa devassa das engrenagens da repressão, Mariana Joffily vai analisando a ordem do discurso articulado nos inquéritos policiais, os temas recorrentes, os elementos ativos na produção dos depoimentos, deitando-se naquele mais hediondo: a tortura. Como método repressivo, esta “obedece a desígnios que extrapolam seu caráter instrumental imediato de extorsão de dados úteis” (p. 257), reunindo a condição de método de investigação, recurso de manutenção do poder, “pedagogia” de “regeneração” social, força dissuasória do engajamento político, modo punitivo. Como núcleo da “pesada herança de autoritarismo, violência e impunidade” deixada pelo sistema Oban/DOI-Codi, a tortura foi incorporada pela nova polícia criada em 1970 – a Polícia Militar – e preservada até os dias atuais, como se comprova no caso Amarildo², esclarecido tão somente pela persistência das manifestações populares. Foi mantida pela Polícia Civil, e seus delegados e agentes torturadores seguiram carreira normalmente dentro da instituição.

O trabalho de Mariana Joffily invade os porões, inquirindo os inquiridores. Num momento em que a constitucionalidade da Lei da Anistia volta a ser questionada no Supremo Tribunal Federal, pesquisas como esta ajudam a mudar conceitos e valores sobre o peso do que resta da ditadura e sobre a urgência da luta pela construção de novas formas de convívio social e político que nada devam e em nada se assemelhem ao tempo dos governos militares. Este trabalho deve ser lido junto a outros, como os que vêm sendo produzidos pelo “Projeto Contemos Nossa História – os mecanismos de repressão e perseguição política durante a ditadura – memória dos trabalhadores metalúrgicos e militantes de São Paulo”, lançado em março de 2012 pelo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP)³, pois assim captaremos o essencial, ou seja, a que se destina “a engrenagem” Oban/DOI-Codi: “Para além das vítimas diretas dos suplícios, os efeitos dessa violência dirigiam-se ao conjunto da sociedade [...]” (p. 263). Em São Paulo, coração da indústria brasileira nos anos 1970, novos métodos de gestão empresarial eram organizados: introdução

da vigilância e repressão policial dentro das fábricas; infiltração de informantes na linha de montagem, nas comissões de fábrica, nos ônibus das empresas; controle dos sindicatos e repressão a qualquer forma de organização operária, até mesmo as Cipas; consórcio de Departamento de Recursos Humanos para elaboração das famigeradas “listas negras”; e padronização de critérios ideológicos de seleção de pessoal. Estas e muitas outras modalidades de controle e repressão foram concatenadas pelo empresariado em um novo regime fabril, diferente do paternalista, do racional-taylorista ou do regime “selvagem”, conhecidos em nossas fábricas até 1964. Os dividendos foram polpudos para a grande burguesia: cinco anos do “milagre econômico”, e o custo foi muito alto para os trabalhadores: o Brasil foi alçado à condição de “campeão mundial de acidentes do trabalho”. Compreender os nexos profundos entre as duas engrenagens continua sendo decisivo para pensar o Brasil de então e também o de hoje.

NOTAS

¹ Doutor em História Social. Professor de História da Unifesp e diretor acadêmico do *campus* Osasco. Contato do autor: mlealpereira@terra.com.br.

² Amarildo Dias de Souza era ajudante de pedreiro, casado, pais de seis filhos, morador da favela da Rocinha no Rio de Janeiro. Desapareceu no dia 14 de julho de 2013, após ter sido levado por policiais militares, de sua casa para a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A campanha “Onde está Amarildo?” mobilizou artistas, movimentos sociais e alastrou-se pelas redes sociais e pelas ruas. Finalmente, no dia 1º de outubro o Ministério Público recebeu inquérito aberto pelo delegado Rivaldo Barbosa, da divisão de Homicídios, indiciando dez PMs, inclusive o ex-comandante da UPP da Rocinha, por tortura seguida de morte e ocultação de cadáver.

³ O IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudo e Pesquisas) é um núcleo de educação, memória e documentação, fundado em 1998 por antigos membros da Oposição Sindical Metalúrgica da cidade de São Paulo, além de educadores e pesquisadores de diversas áreas, tendo como lema “A educação dos trabalhadores pelos trabalhadores” e objetivo a promoção de experiências inovadoras de formação profissional, de autogestão, economia solidária e cooperativismo, entre outras. O projeto *Investigação Operária: repressão contra os trabalhadores das fábricas na ditadura civil-militar* foi apresentado em 2011 à *II Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça* e selecionado pelo *Comitê Independente* para o fomento. Está sendo realizado por velhos metalúrgicos, professores e profissionais voluntários e por profissionais contratados. Promoveu oficinas em quatro regiões da Grande São Paulo: Sul, Sudeste, Leste/Moóca e Oeste/Norte, de maio a dezembro de 2012, colhendo depoimentos e imagens sobre um tema até hoje pouco estudado: a repressão à classe e ao movimento operário dentro e fora das fábricas durante os anos da ditadura civil/militar de 1964-1985.